

Resumo

Em rigor, quando traçamos a história do português referimo-nos apenas à história da língua escrita já que as fontes em que nos fundamentamos são documentos escritos. Não dispondo de uma milagrosa máquina de viajar no tempo nunca poderemos ouvir falar D. Dinis para sabermos como se pronunciava o português na sua época. Ainda assim, a Linguística Histórica tem feito um bom uso de maus dados, decifrando as pistas que a escrita oferece para a compreensão da oralidade. É esse trabalho quase detectivesco do estudo dos textos antigos, aliado à observação das variedades actuais da língua, que nos permite esboçar uma história da pronúncia do português desde a sua fase arcaica até aos nossos dias.

Falar sobre a pronúncia do português implica aceitar dois pressupostos:

1. Todas as línguas vivas têm em comum uma característica, a variação. As línguas variam no espaço geográfico, na sociedade e no tempo. É esta variação no tempo que aqui nos ocupa. O português foi mudando, no decorrer dos séculos, e queremos apurar de que forma seria pronunciado em épocas passadas. Seria obviamente absurdo imaginar que nessas épocas passadas não houvesse, tal como hoje, variação social e regional na língua. Contudo, como o nosso objectivo não é a observação da diversidade, teremos que focar o olhar apenas em uma das variedades da língua, a norma. O que é a *norma*? Pode dizer-se que é uma das variedades da língua, a variedade que foi eleita como padrão e imposta através da codificação implementada pelas gramáticas, dicionários e ortografias. E começam, logo aqui, a surgir os problemas: é que as primeiras gramáticas do português só surgem em 1536 e 1540, com Fernão de Oliveira e João de Barros. Ou seja, só em meados do século XVI temos informações explícitas sobre a língua. E antes do século XVI? Felizmente para os historiadores da língua, durante séculos (na verdade, até 1911, data em que o Governo português nomeou uma comissão para estabelecer a ortografia a utilizar nas publicações oficiais) o português não dispunha de ortografia. Quer isto dizer que cada um escrevia como ouvia. Digo ‘felizmente’ porque podemos, assim, perceber

através dos documentos escritos a forma como ‘se ouvia’ a língua. Mas isto leva-nos ao segundo pressuposto que é, também, um problema:

2. Nunca poderemos saber, realmente, como se pronunciava o português em épocas passadas. Não estávamos lá. Não podemos ouvir. Mas podemos ler. A história de uma língua nunca é, na verdade, toda a história. Em rigor, só podemos estudar a vertente escrita da língua e não a oral. Podemos, ainda assim, tentar extrair da escrita informações sobre a oralidade. O facto de não existir, em fases pretéritas da história do português, uma *ortografia*, ajuda-nos nesta tarefa porque nos permite detectar alguns dados sobre a pronúncia. As actuais variedades do português também dão uma ajuda. Alguns dialectos são mais conservadores que outros e podem servir de testemunho vivo de estados antigos da língua. E o galego, o português do Brasil e de África podem ser, também eles, testemunhos do um momento anterior ao afastamento entre as línguas nacionais e variedades que constituem actualmente a grande comunidade linguística do português.

Dito isto, o que sabemos sobre a evolução da pronúncia da nossa língua? Escolhi alguns exemplos que nos permitem ver como o historiador da língua retira, da observação dos documentos antigos, das descrições dos gramáticos e das variedades do português, dados sobre estádios antigos da língua.

1 - No consonantismo

O sistema de sibilantes

Sabemos que a actual distinção gráfica entre <c, ç e z> e <s, ss> que encontramos, por exemplo, em *paço / passo* e *cozer / coser* correspondia no português antigo a uma distinção fonética: o <ç> de *paço* soava [ts] e os <ss> de *passo* [ʃ]; o <z> de *cozer* [dz] e o <s> de *coser* [z̥]. Esta pronúncia apical de <s, ss> pode ser ouvida, ainda hoje, nas Beiras: é o que chamamos o *s beirão*, que não faz parte da norma do português, sendo um traço dialectal e o testemunho vivo de uma antiga característica geral do português.

Actualmente, a nossa pronúncia padrão só dispõe das dentais [s] e [z], que resultaram da simplificação de [ts] e [dz] mas as Beiras ainda conservam as apicais e Trás os Montes e o Alto Minho ainda distinguem as apicais das dentais. Esta última

região permite-nos traçar a história desta distinção, que resultou da evolução de diferentes consoantes latinas e, dependendo apenas da posição da língua, era de difícil manutenção. Na primeira fase existiam quatro elementos, [ts], [dz], [ʃ] e [ʒ]. Numa segunda fase (aquela em que a região transmontana-alto-minhota cristalizou) as dentais simplificaram, mantendo-se ainda quatro elementos mas, agora, [s], [z], [ʃ] e [ʒ]. Como se pode constatar, esta é uma distinção frágil e a língua tratou de resolver o problema escolhendo produzir só as apicais (Beiras) ou só as dentais (português meridional). Finalmente, a norma, que se fixou, desde o século XV, no português centro-meridional, seleccionou as dentais. O galego, diga-se de passagem, preferiu manter a distinção, substituindo a dental [s] por uma interdental [θ].

A confusão entre a pronúncia destes quatro elementos começa cedo. Logo no século XIV os documentos provam a hesitação de quem os escreve, como se pode verificar no seguinte trecho de um documento notarial, datado de 1350:

Sabhã todos como na era de Mill e **tresentos** e oitẽenta e oyto anos **des** e sete días de Setẽbro presente mĩ Gonçalo Lourenço tabalion dEl rej na dita vila e as testemunhas adeante scritas Apariço Dominguiç **vesinho** e morador em Monçõ por si e por toda sa **uos** pera senpre deu en doaçõ ... E logo **ffes** joramẽto... e outorgou de nũca hir contra esto per si nẽ per outren en **joyso** nen ffora del e se contra esto fosse que de pena lhj peytase ao dito Stevam Gonçallvez **dosentos** maravedis... (MARTINS, 2001).

Formas como *tresentos* ou *des* (por *trezentos* e *dez*) demonstram que os grafemas <s> e <z> deixaram de corresponder a sons distintos. Note-se que em documentos mais antigos, pelo contrário, estes grafemas correspondiam a sons diferentes e ocorriam, sistematicamente, em formas com grupos etimológicos diversos.

No século XVI as descrições dos gramáticos mostram, já, a existência de neutralização da antiga oposição entre as sibilantes dentais e apicais:

As letras que se costumão muitas vezes trocar hũas por outras, e em que se cometem mais vicios nesta nossa linguagem, são estas que se seguem, convem a saber: c, s, z, e isto nace de não saberem muitos a diferença que ha de hũas as outras na pronunçiação[...]. E pera saber como se ha de fazer esta diferença, entendão que quando pronunçiareem qualquer dição com c, hão de fazer força com a lingua nos dentes de baixo, de maneira que fique algum tanto a ponta dobrada para dentro, e quando for com s porão a língua mais folgadamente pera cima, que fique soando a pronunçiação a maneira de assovio de cobra (GÂNDAVO, 1574).

No século seguinte a indistinção entre as sibilantes estava decididamente instalada:

Hũ fidalgo pedio a elRey D. João o 3º lhe **fizece** merce de lhe aceitar hũ criado seu por moço da Camara, ao que elRey lhe respondeo que por então não podia ser.

Replicou o fidalgo dizendo: - He possivel, Senhor, que hũ moço que me serve fundado só na esperança de poder vir a ser vosso criado mo não quer V.A. aceitar em seu serviço?

Ora eu volo tomarey -disse elRey - mas ha de ser sem moradia.

Quando he **deça** maneira - respondeo o fidalgo - tomarei eu a V.A. quantos tem.

Rioce elRey da resposta e **feslhe** a merce que lhe pedia (LUND, 1980).

Nos nossos dias, esta simplificação do sistema de sibilantes que, à excepção do dialecto transmontano-alto-minhoto, as reduziu a apenas dois elementos (surdo [s] ou [ʃ] e sonoro [z] ou [ʒ]) provoca confusões gráficas (ou seja, erros ortográficos), sobretudo em pessoas pouco escolarizadas e, portanto, pouco expostas à norma escrita:

*Av. Defençores de Chaves

*Tapetes de cosinha

*Esta obra não se responçabeliza por cual quer danos que aja nas viaturas

*Vende-se bisiceletas en bão estado. Criansa e omen

A africada / tʃ / e a fricativa / ʃ /

Um processo semelhante de simplificação é o que se regista em palavras como *chave* e *xaile*. No português antigo, de facto, à distinção gráfica correspondia uma distinção fonológica. Em palavras derivadas de étimos latinos em que um /ʃ/ apical latino se fundia com uma semivogal palatal, como PASSIONE > *paixão*, o grafema <x> correspondia a uma fricativa palatal [ʃ], diferente da africada [tʃ] que se encontrava em formas cujo étimo começava por PL, CL, FL (PLICARE > *chegar*, CLAMMARE > *chamar*, FLAGRARE > *cheirar*).

No português setentrional esta africada mantém-se até hoje mas na norma, ou seja, no português centro-meridional, foi substituída pela fricativa, ao longo do século XVII, como se deduz das afirmações dos gramáticos:

Ch ... só os oriundos de Lisboa a equivocação tanto com o X que a cada palavra trocã huma por outra: porque não só pronunção, mas tambem escrevem, Xave, Xeminé, Xina, Xóve, Xuva (FEIJÓ, 1739).

Esta afirmação de Madureira Feijó, de que a fricativa seria uma escolha apenas dos lisboetas, não deve ser tomada à letra, a fazer fé no que nos diz Verney logo na década seguinte:

Tem esta letra aspirada com o h (ch) uma pronuncia em Portugal semelhante ao X, e assim dizemos Choro, Chove, etc, como se estivera escrito Xoro, Xove. Nesta letra (x) é digno de atençam o demaziado escrupulo de alguns, que magistralmente decidem que o x tem diferente pronuncia do ch [...] e advertem que é erro da pronuncia da Estremadura pronunciar o ch como x [...] deixo as coizas como se acham; só digo que na pronuncia nam á diferença entre uma e outra letra. Em materia de pronuncia, sempre se devem preferir os que sam mais cultos e falam bem na Estremadura que todos os das outras provincias juntas (VERNEY, 1746).

Note-se, a propósito deste trecho de Verney, que a norma surge claramente definida como a variedade dialectal das pessoas cultas da região de Lisboa, onde se fixara a corte, modelo linguístico da nação. Ainda assim, alguns gramáticos mais conservadores continuarão, no século seguinte, a advogar a manutenção de um traço já afastado da norma:

Os que melhor fãão a lingua portugueza distinguem na pronunsiasão estas duas consoantes, dando ao xis hum chio semivogal, que se deixa perseber ainda com o orgão scasamente fechado, como em Xofre; e ao Ch um chio mudo, que se não persebe, se não no instante mesmo da dezinterseptação da voz, que o mesmo orgão reprezava, como em Chove. O vulgo, pelo contrário, confunde ordinariamente estas duas consoantes, pronunciando ambas como X (BARBOSA, 1822).

Actualmente, portanto, a nossa ortografia mantém uma distinção que deixou de corresponder à distinção fonológica na norma, há cerca de quatro séculos. Nos dialectos setentrionais, contudo, ainda encontramos a pronúncia de <ch> como [tʃ]. Por outro lado, o Português do Brasil e de África seguiram a norma do Português Europeu e neutralizaram a oposição, escolhendo a fricativa [ʃ]. Quer isto dizer que os falantes da

norma do português dispõem de duas grafias para representar o mesmo som o que, naturalmente, provoca erros ortográficos:

*Enchaguar cuidadosamente

*Por favor não meicha nos caxos de uva

2 – No vocalismo

O vocalismo átono

As vogais não acentuadas sofreram, na norma do português europeu um acentuado processo de enfraquecimento que levou, em alguns casos, ao seu completo desaparecimento. É este processo que é responsável pela diferença que notamos nas vogais de um falante português ou brasileiro. A este propósito, diz Celso CUNHA (1986):

As línguas classificam-se em vocálicas ou consonânticas [...]. Uma língua ou se apóia nas vogais e relaxa as consoantes, ou, pelo contrário, tem o consonantismo forte e o vocalismo débil. O português era uma língua de base vocálica, e assim continua na modalidade brasileira. Há cerca de dois séculos começou o português europeu a seguir outra deriva, ou seja, a fortalecer as consoantes e a obscurecer as vogais átonas.

O que aconteceu foi que em contexto átono final, desde cedo (talvez ainda no Português Arcaico), a vogal grafada <o> começou a ser realizada como [[u]] (*livro* livr[[u]]) e esta tendência atingiu também as vogais <a>, que centralizou para [ɨ][v] (*pomba* pomb[v][ɨ]) e <e>, que se elevou para [[i]] (*nome* nom[[i]]), elevação atestada pelo Português do Brasil) e que acabou por centralizar para [i] [ɨ](nom[i][ɨ]).

Finalmente, em contexto pretónico medial, as vogais médias e baixas /a/, /o/ e /ɔ/, /e/ e /ɛ/ passaram a ser realizadas, respectivamente /ɨv/, (pal[α][a]vra mas pal[ɨ][v]vrinha), /u/ (t[[o]]lo mas t[[u]]lice, m[ɔ]le mas m[[u]]leza) e /i/ (p[[e]]lo mas p[[i][ɨ]]ludo, p[[ɛ]dra mas p[[i][ɨ]dreira). Este é um fenómeno exclusivo do Português Europeu: a conservação vocálica no Português do Brasil (que desconhece a vogal central[ɨ] [i]) permite-nos pensar que esta mudança se terá processado num período

posterior à fixação da língua na América, provavelmente em meados do século XVII. Aliás, os gramáticos dão-nos conta desta evolução: no século XVI, segundo Fernão de Oliveira, os portugueses ainda pronunciavam distintamente as vogais:

Outras nações cortam vozes apressando-se mais em seu falar; mas nós falamos com grande repouso, como homens assentados (OLIVEIRA, 1536).

Mas no século XVIII a evolução estava, pelo menos no que diz respeito à vogal /i/, já em curso, como se depreende das palavras de VERNEY (1746):

Finalmente devo advertir a V.P. que estes seus nacionais, ainda falando, pronunciam mal muitas letras no meio, mas principalmente nos fins das dicções. V.g. e final, pronunciam como i, como em dê-me, pôs-me, etc.

Em consequência deste processo evolutivo que envolveu todas as vogais átonas do português europeu dispomos, actualmente, de dois grafemas para representar o mesmo fonema: [u] pode ser grafado <u> ou <o> e [i] pode ser representado por <e> ou <i>. Daí resultam grafias como as seguintes:

*Atenção: eu sei quem me roubou o radio e tenho uma testemunha que o vio roubar. Para ivitar problemas é fabor repor o radio no seu lugar.

*Rua prujetada à istrada militar

Os três processos de mudança linguística que, de forma breve, apresentei, ilustram o trabalho do historiador da língua e o contributo que esta investigação poderá trazer para uma normalização do português cantado. Não dispomos de uma milagrosa máquina de viajar no tempo e nunca poderemos ouvir falar D. Dinis para sabermos como se pronunciava o português na sua época. Ainda assim, a Linguística Histórica tem feito um bom uso de maus dados, decifrando as pistas que a escrita oferece para a compreensão da oralidade. É esse trabalho quase detectivesco do estudo dos textos antigos, aliado à observação das variedades actuais da língua, que nos permite esboçar uma história da pronúncia do português desde a sua fase arcaica até aos nossos dias.

Bibliografia

BARBOSA, Jerónimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Princípios da Grammatica Geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822

CARDEIRA, Esperança. “Alguns dados sobre o sistema de sibilantes do Português”. *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. (org. Ivo Castro e Inês Duarte). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Vol.I, pp. 129-145, 2003

CARDEIRA, Esperança. *O Essencial sobre a história do Português*. Lisboa: Caminho, 2006.

CINTRA, L. F. Lindley, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

FEIJÓ, João de Moraes Madureira. *Orthographia, ou Arte de Escrever, e Pronunciar com acerto a Lingua Portugueza*. Coimbra: Of. de Luiz Secco Ferreira, 1739.

GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever a Orthografia da Lingua Portuguesa, Lisboa, Of. de Antonio Gonsalves, 1574, (ed. fac-similada, 1981, Lisboa, Biblioteca Nacional).*

LUND, Christopher C. *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista. Istorias e ditos galantes que sucederão e se disserão no Paço*. Coimbra: Almedina, 1980.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, Lisboa, Germão Galharde, 1536 (ed. fac-similada, 1988, Lisboa, Biblioteca Nacional).

MARTINS, Ana Maria. *Documentos em Português do Noroeste e da Região de Lisboa: da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

MATEUS Maria Helena; CARDEIRA, Esperança. *O Essencial sobre Norma e Variação*. Lisboa: Caminho, 2007.

VERNEY, Luis Antonio. *Verdadeiro Método de Estudar*. Valença: Of. de Antonio Balle, 1746 (ed. de António Salgado Júnior, 1949, Lisboa, Sá da Costa).

Nota biográfica

Doutorada em Linguística Portuguesa Histórica. Docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Esperança Cardeira dedica-se à investigação na área da História da língua portuguesa. Publicou *Entre o português antigo e o português clássico* (2005), *O Essencial sobre a história do Português* (2006) e, em colaboração com Maria Helena Mateus, *O Essencial sobre Forma e Variação* (2007).